

**NAS TRAMAS DA HISTÓRIA E DA FICÇÃO, UMA LEITURA DE  
*TIRADENTES: PODER OCULTO O LIVROU DA FORÇA*, DE ASSIS  
BRASIL**

**IN THE PLOTS OF HISTORY AND FICTION, A READING OF  
*TIRADENTES: PODER OCULTO O LIVROU DA FORÇA*, BY ASSIS  
BRASIL**

Vanessa Maira de Aquino Santos (UFPI)

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a realizar uma leitura do romance *Tiradentes: poder oculto o livroou da força*, do escritor piauiense Assis Brasil, a partir da observação das semelhanças entre a história e a ficção. Acreditamos que esta discussão seja o mote de tal obra ao expor outra versão da história do herói nacional Tiradentes baseada na própria historiografia. Este embasamento é demonstrado no romance a partir de epígrafes e citações de historiadores que se debruçaram sobre o tema da Inconfidência. Além da historiografia, o romance utiliza-se também de documentos da época a que se refere a narrativa. Para proceder a tal análise, nos apoiaremos em discussões há muito desenvolvidas sobre o caráter próximo entre a história e a ficção tendo por apoio principal o pensamento desenvolvido por Hayden White e Paul Veyne.

**Palavras-chave:** História, Ficção, Narrativa, Tiradentes, Assis Brasil.

**ABSTRACT:** This work intends to perform a reading of the novel *Tiradentes: hidden power saved him from the gallows*, written by the piauiense Assis Brasil, through the observation of the similarities between history and fiction. We believe that this discussion is the motto of that work exposing another version of the story of the national hero Tiradentes based on historiography itself. This basement is demonstrated in the novel through epigraphs and citations from historians who have studied the theme of Conspiracy. Besides the historiography, the novel also used documents of that epoch referred to the narrative. In order to go along with the analysis, we will be supported by discussions developed for so long about the proximity between history and fiction, having as main support the thoughts developed by Hayden White and Paul Veyne.

**Keywords:** History, Fiction, Narrative, Tiradentes, Assis Brasil.

A relação entre história e ficção tem suscitado, há vários séculos, muitos questionamentos e discussões. Geralmente, o cerne do debate está em aproximar ou distanciar estas esferas. Os dois principais pólos de discussão concentram-se nas noções de verdade, o que está sendo dito, e de escrita, como está sendo dito. Desde a Antiguidade existem considerações sobre esses aspectos. Aristóteles, na *Poética*,

estabelece uma diferenciação entre história e poesia afirmando que aquela trata do que aconteceu, enquanto esta se encarrega do que poderia ter acontecido; do verossímil. Esta definição de Aristóteles influenciou e ainda influencia as correntes que acreditam na separação entre história e ficção, sendo a primeira considerada repositório de verdades e a última de imaginação. Mas desde as primeiras manifestações do que posteriormente ia ser considerado como história, já se percebe a mescla entre os procedimentos narrativos realizados pelos poetas e pelos historiadores. Jeanne Marie Gagnebin em ensaio intitulado “O início da história e as lágrimas de Tucídides”, assim fala do estilo narrativo de Heródoto:

O ritmo narrativo das *historiai* também lembra o do poema épico, declamado em voz alta ao público reunido em torno do aedo: a prosa de Heródoto está cheia de digressões maravilhosas, de anedotas amenas ou pedagógicas que mantêm aceso o interesse do ouvinte (e do leitor). Nada da arquitetura austera e argumentativa do texto tucidideano, escrito para ser lido no futuro, mas a fluidez de histórias contadas, sem dúvida, para informar e ensinar, mas também pelo simples prazer de contar. (GAGNEBIN, 2005, p. 16)

A aproximação entre a narrativa literária e a histórica não se restringe a exemplos gregos, no solo romano em uma época posterior temos a figura de Cícero e seu grande apreço pela retórica. Segundo François Dosse, Cícero era contrário ao estilo de registro histórico feito pelos *Anais*, comum em Roma, no qual apenas se relatava os fatos considerados importantes em ordem cronológica. Para Cícero, a história devia ser feita observando-se os princípios retóricos, para tornar seu discurso agradável e eficaz, operando a um embelezamento do mesmo, “o historiador deve ornamentar seu texto, usando todos os recursos retóricos a sua disposição” (DOSSE, 2003, p. 103). Para Dosse, Cícero estruturou uma verdadeira poética da história. A preocupação retórica aparece também em historiadores como Salústio, coevo de Cícero, e Tito Lívio que foi bastante influenciado por Cícero. É importante mencionar que a concepção histórica que sustenta esses historiadores está ligada ao direito (Cícero), à política (Salústio) e à moral ética (Tito Lívio). De acordo com Dosse (2003, p. 108), o mais literário dos três foi Tito Lívio. Ele não se prendia à veracidade dos fatos, mas sim aos exemplos que poderiam ser tirados das personagens que povoam seus escritos. Sua história era rica em dramaticidade, por meio dos relatos, ilustrava sua própria época.

Jacques Le Goff (2003, p. 38) afirma que até o século XIX a história está misturada à arte e à filosofia, mas já ocorre uma tentativa de diferenciá-la enquanto

disciplina científica definindo seus métodos e técnicas de trabalho. Esta constituição da história como disciplina enaltece os valores de verdade e objetividade apregoados por aqueles que a fazem ao longo dos séculos. Tais prerrogativas tão caras à história como ciência não deixaram, no entanto, de serem questionadas. De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 65), no século XX começa a se desenvolver “uma nova ética e estética da historiografia”. A história e todas as áreas de conhecimento que defendiam a existência de verdades universais foram abaladas pela Segunda Guerra Mundial e os diversos genocídios ocorridos, trazendo desconfiança sobre várias instituições. Astor Diehl apontou duas consequências desta mudança para a história:

Estabeleceu-se, dessa forma, uma relação entre as possibilidades de produção de novos conhecimentos e a diluição dos critérios de sustentação da sua plausibilidade. Essa relação entre produtividade e diluição altera e orienta os debates para os campos da narratividade e para uma aproximação com as linguagens do texto literário. (DIEHL, 2002, p. 97-98)

São estas aproximações com o texto literário, bem como a consequente diluição dos pressupostos de base da história que serão observadas nesse trabalho sendo as discussões cotejadas com trechos do romance *Tiradentes: poder oculto o livrou da força*, de Assis Brasil. Para tanto serão utilizadas, principalmente, as idéias de Hayden White e Paul Veyne sobre a proximidade do texto histórico com o ficcional fazendo contraponto com a defesa de Jacques Le Goff de que a história é uma ciência, mesmo que diferente das outras. Outras discussões inerentes a esta, como a memória e os usos que faz dela o poder, também serão abordadas.

O romance *Tiradentes: poder oculto o livrou da força* foi escrito em 1993 por Assis Brasil, piauiense possuidor de uma vasta obra e ganhador de diversos prêmios literários. Entre seus livros mais conhecidos encontram-se os romances *Beira rio beira vida* (1965) e *Os que bebem como os cães* (1975). A obra a que se refere o trabalho faz parte de uma série de romances históricos do autor reunidos na coletânea *Brasil 500 anos: das origens à República*. O romance divide-se em cinco partes, sendo cada uma delas antecedida por uma espécie de resumo dos acontecimentos que se passarão, o qual se intitula “A trama”.

Como o título do romance sugere, nele encontraremos outra versão para a participação de Tiradentes na Inconfidência Mineira, a de que o tão louvado herói nacional não foi enforcado no dia 21 de abril de 1792, ele teria sido trocado por outra

pessoa, operação realizada pela Maçonaria com a qual, supostamente, Tiradentes mantinha contato. Além de apresentar essa outra versão a respeito de Tiradentes, o romance mostra as estratégias de perpetuação de sua imagem como herói nacional, estratégias estas desenvolvidas pelos governantes brasileiros até em situações de golpe como o caso da ditadura.

Essa outra face de Tiradentes é exposta na obra tendo como justificativa uma série de epígrafes e citações de historiadores. Há uma miscelânea dos discursos históricos oficiais e dos não-oficiais num movimento de contraposição entre os mesmos. Além das citações e epígrafes dos historiadores, há trechos de documentos relativos à Inconfidência, principalmente os *Autos da Devassa*, ou seja, o processo judicial contra os inconfidentes. Esses documentos ora são questionados por suas lacunas, ora são trazidos como reafirmação do que está sendo defendido pelo romance.

Isso nos leva a refletir sobre a intrincada relação que se estabelece entre a ficção e a história nesse romance, que não apenas narra um episódio da história brasileira contextualizando-o de acordo com a época tratada, como o fazem a maioria dos romances históricos, mas vai além ao propor uma nova versão da história e embasada pelos próprios historiadores. Este posicionamento faz com que o estatuto da história enquanto verdade acerca do passado seja abalado, demonstrando, dessa forma, aproximações com a ficção. A história seria não a verdade, mas assim como a ficção a narrativa de uma possibilidade, já que o passado é impossível de ser conhecido em sua totalidade. Hayden White assim fala a esse respeito:

Vistos apenas como artefatos verbais, as histórias e os romances são indistinguíveis uns dos outros. (...) Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da “realidade”. (...) Neste aspecto, a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica. (WHITE, 2001, p. 138)

White é um historiador que acredita ser a história uma narrativa que obedece aos mesmos princípios de escrita literária, ao mesmo tempo em que defende a grande parcela de subjetividade contida nessa escrita em detrimento da tão propalada objetividade defendida pelos historiadores positivistas. Este autor chega mesmo a afirmar que as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE,

2001, p. 98, grifo do autor). Le Goff mostra-se contrário a tal argumento, pois considera que este exclui o caráter científico da história. Por mais que o historiador necessite da retórica e da narrativa para expor seu conhecimento, tal estratégia faz parte do trabalho historiográfico e tem por razão “a necessidade que há, em história, de expor o *como* antes de procurar o *porquê*” (LE GOFF, 2003, p. 36, grifo do autor).

A concepção da história como narrativa também foi objeto de estudo pelo historiador Paul Veyne na obra *Como se escreve a história* (1998) na qual ele discute sobre o estabelecimento de um enredo por parte do historiador para a descrição dos fatos. O autor defende que esse enredo é construído a partir da interpretação que o historiador faz dos vestígios do passado. Assim como White, Veyne afirma que a história não consiste na verdade, pois o conhecimento acerca do passado é lacunar e a história apenas pode oferecer uma interpretação dos vestígios na forma narrativa, sendo esta produzida com grande participação da subjetividade do historiador:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência. (VEYNE, 1998, p. 42)

Veyne aproxima o trabalho do historiador ao de um romancista e chega mesmo a afirmar que “a história não é uma ciência, mas um romance verdadeiro, não explica e não tem método” (VEYNE, 1998, p. 12). Le Goff (2003, p. 39) considera interessante comparar o trabalho do historiador ao do romancista no sentido de que ambos constroem seus relatos, mas critica o fato de que a abordagem de Veyne trata a história como um gênero literário e não uma ciência. Para Le Goff, por mais que o historiador construa seu conhecimento ele não possui a mesma liberdade de um romancista, a história obedece a métodos, técnicas e à avaliação dos outros historiadores.

O romance *Tiradentes: poder oculto o livrou da força* expõe a mescla entre a escrita da história e da ficção. A estrutura do romance lembra um livro de história, com direito até a antecedentes cronológicos divididos por datas obedecendo ao estilo das crônicas produzidas antigamente. Mas de forma irônica, o narrador não apenas pontua fatos relevantes dos anos registrados, ele os analisa e critica mostrando um novo olhar sobre a história. Esta parte situa-se na abertura do romance e inicia com uma epígrafe de Cida Chaves que lembra a defesa de Le Goff sobre a diferença entre a liberdade da

escrita de ficção em relação à da história: “Escrevendo-se a História não se tem a liberdade da obra de ficção, embora as perguntas permaneçam, mesmo ao arrepio dos fatos” (CHAVES *apud* BRASIL, 1999, p. 15). A estrutura dos antecedentes cronológicos demonstra essa liberdade ficcional, mas percebe-se a ironia do narrador ao utilizar-se da fala dos próprios historiadores para proceder ao seu relato, como podemos observar no trecho referente aos acontecimentos de 1741 no qual se demonstra as mudanças ocorridas nas cidades mineiras com a produção aurífera:

As igrejas não ficavam atrás em sua ostentação. Nas procissões havia tocheiros de prata do Porto e andores de talha dourados recamados de diamantes. Sobrepelizes, casulas, manípulas, estolas eram paramentos de riqueza inigualável, tudo “um móvel aparato de magnificência”, como disse um historiador. Mas era um fastígio sem liberdade, mascarado de riqueza ocasional. (BRASIL, 1999, p. 17)

Outro aspecto em que percebemos o cruzamento entre a escrita da história e da ficção consiste na presença de uma série de epígrafes e citações de historiadores, além do uso de documentos, tudo com vistas a reafirmar a versão do romance de que Tiradentes foi trocado na forca. Tal procedimento faz a escrita ficcional assemelhar-se à histórica no sentido de não só narrar um fato, mas demonstrar evidências que comprovem o que está sendo dito. Aqui a ficção procura um status de “verdade”, de garantir para o leitor que sua versão é possível, já que embasada em documentos e relatos de historiadores. Além dessa questão, o romance apresenta o termo “trama”, como dito anteriormente, este é o título do resumo dos fatos que precedem cada parte do romance. Esse termo torna-se caro tanto à ficção quanto à história, levando-se em consideração o que foi dito por Veyne sobre a escrita da última. A trama, no romance, é o entrelaçar do ficcional e do histórico, é o enredo criado pelo romancista, mas também as várias “tramas” históricas, os diversos modos que um acontecimento é concebido pelos historiadores de acordo com a visão que cada um, dentro de seu contexto de produção, possui dos fatos. Aqui vemos realizar-se uma assertiva de Veyne a de que “um mesmo ‘acontecimento’ pode ser disperso por várias tramas” (VEYNE, 1998, p. 44). O termo ainda pode ter outras acepções que também se relacionam ao contexto do romance. De acordo com o *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, o vocábulo trama, em sentido figurado, pode ser conspiração (o que remete ao movimento inconfidente) e troca (o que alude à troca de Tiradentes na forca).

A versão trazida pelo romance demonstra, no embasamento que este faz com a fala dos próprios historiadores, que esta existe no discurso histórico, no entanto, não faz parte do discurso histórico oficial. De acordo com as afirmações dos autores citados, o conhecimento da história é lacunar, e o conhecemos por meio das narrativas desenvolvidas pelos historiadores. A seleção realizada pelo historiador determina o conhecimento que teremos posteriormente e a constante releitura da história revela as fissuras que existem, demonstrando outras “tramas” para os acontecimentos. Tal pensamento é expresso no romance em uma conversa entre Tiradentes e seu amigo maçom padre Ignácio, após a troca no patíbulo, sobre o papel dos historiadores na descoberta da versão maçônica da história do herói:

— A História oficial, dos vencedores, é sempre mentirosa – observa o alferes.

— Sem dúvida, é preciso que se conte também a história dos derrotados e injuriados de toda parte. Bem, se o historiador do futuro quiser estudar a Inconfidência Mineira e ficar apenas restrito aos documentos das devassas, estará bastante limitado em seu conhecimento sobre a rebelião. E, por outro lado, precisariam os historiadores se despirem de preconceitos para admitir a interferência da maçonaria. Se irmãos e tendo passado pelos ritos da Ordem, bem que poderiam penetrar nos arquivos secretos da seita. (BRASIL, 1999, p. 409)

A última parte do romance intitulada “O destino é cego” traz as medidas do governo brasileiro que ao longo dos anos transformaram Tiradentes em herói nacional. Esta parte divide-se em dois capítulos, “Estranho elenco” e “A máquina do tempo”, sendo este último subdividido em 20 seções e no qual se encontram as medidas citadas anteriormente. De acordo com José Murilo de Carvalho (1990), foi a partir da instituição da República que Tiradentes passou a figurar como herói nacional. Segundo o historiador, isso se deveu ao fato de que na época a República possuía escassez de símbolos que a representassem e a figura de Tiradentes surge como oportuna, ligando-se à noção do mártir que sofreu por querer o povo livre e aproximando-se também da figura de Jesus Cristo. De traidor da Coroa da Portuguesa, Tiradentes passa a herói da nação. O romance demonstra esta passagem histórica na seção “À procura de um mito”, como se vê no seguinte trecho da seção em que um alfaiate dá uma entrevista a um jornal do Rio de Janeiro sobre um terreno onde teria morrido um justo:

—“Meus meninos, aí nunca vão construir casas, porque este terreno é amaldiçoado. Bebeu o sangue de um justo, ou antes, de um santo. Foi aqui esquartejado um inocente pelo crime de nos querer fazer livres. Eu tinha

então meus 19 anos e me lembro perfeitamente que neste lugar o vi dar a alma a Deus”. (BRASIL, 1999, p. 432)

O nome de Tiradentes não é citado, mas subentende-se que se trata dele, pois esta seção refere-se ao ano de 1889 e narra também alguns acontecimentos da instituição da República. Além disso, o título “À procura de um herói” nos remete às observações de José Murilo de Carvalho sobre a necessidade de um herói para a República, sendo escolhido Tiradentes. As demais seções vão ilustrar outras situações em que o mito Tiradentes vai sendo tecido até chegar ao ano de 1993. O questionamento do romance nessa parte funciona como desmistificadora e demonstra como nasceu o herói que figura na história mostrando a associação entre história, memória e poder. O herói foi inventado por estas três esferas. O poder volta ao passado e utiliza-o de modo que realize o efeito desejado no presente. O exemplo mais forte dessa utilização é demonstrado na seção “Aberração histórica” em que se fala de um decreto baixado em 1966 determinando como se deveria representar a imagem de Tiradentes, com barbas e cabelos longos, semelhante a Jesus Cristo. Dez anos mais tarde, outro decreto revoga o de 1966 devido às diversas manifestações dos artistas e alguns historiadores em busca de liberdade de expressão, mas como fica evidente até os dias de hoje, a imagem de Tiradentes que se perpetuou foi sua caracterização “judaica”, como afirma o romance. O narrador demonstra essa continuação na seção “Itamar e a tradição” que só pelo título já deixa transparecer essa noção. O trecho a seguir refere-se à passagem dessa seção em que Itamar recebe um molde de gesso do busto de Tiradentes que seria colocado na Praça dos Três Poderes:

Concebida a obra pelo escultor em 1959, ele engrossava a tradição que antecipava o decreto do presidente Castelo Branco de 1966, estabelecendo que o alferes mineiro só poderia ser retratado assim, o que iria contrariar muitos artistas, alegando falta de liberdade de concepção. O curioso é que muitos não tomaram conhecimento de outro decreto, este de 1976, assinado pelo então presidente Geisel, que dava de volta aos artistas a inteira concepção em relação à figura do herói da Inconfidência. (BRASIL, 1999, p. 442)

A exposição das estratégias que legitimam Tiradentes como herói, bem como a afirmação do romance de que existe outra versão para a história de Tiradentes, mas que por motivos óbvios não é divulgada, demonstra o caráter seletivo da história e sua influência na memória coletiva de uma nação. Como afirma Márcio Selligmann-Silva, “não existe uma História neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os



seus caminhos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 67). Além disso, o romance põe em questão a tão propalada “verdade” dos fatos históricos, mostrando outras possibilidades de leitura do passado, bem como a construção que dele fazem os historiadores, construção esta, muitas vezes, movida pelo poder atuante. Essa incerteza perante o passado e conseqüentemente seu reflexo no relato histórico aproxima-o da ficção, além disso, o romance mostra que a ficção não é só lugar de imaginação, mas também de questionamento de pressupostos, de abordagem de novos caminhos e possibilidades, muitas vezes se utilizando da ironia, como vimos na apropriação que o romance faz dos métodos do historiador. A leitura do romance aqui realizada pretende ser mais uma trama nos caminhos da interpretação e que suas lacunas, assim como as da história, incitem mais pesquisas sobre o tema e a obra.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- BRASIL, Assis. *Tiradentes: poder oculto o livrou da força*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIEHL, Astor A. *Cultura historiográfica memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DOSSE, François. *A história*. Trad. Maria Elena O. Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica cultural*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2001.